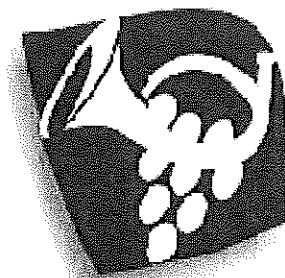


MUNICÍPIO DE ALMEIRIM



*Almeirim*  
Câmara Municipal

*Handwritten signatures and initials, including names like 'José' and 'José', and a rectangular stamp-like mark.*



# CONTAS CONSOLIDADAS

## ANO 2022

ÍNDICE

**I - RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO**

1	Introdução	4
2	Perímetro de Consolidação	4
3	Método de Consolidação	5

**II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

1	Balanço Consolidado	9
2	Demonstração de Resultados Consolidada	11
3	Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	13
4	Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido	15
5	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	17
6	Relação nominal dos responsáveis do órgão da entidade consolidante	23

**III – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS**

1	Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	26
2	Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	29

<b>IV - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS</b>	<b>30</b>
---	-----------



*[Handwritten signatures and initials]*

*[Handwritten signatures and initials]*



# I - RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

**1 - INTRODUÇÃO**

O presente relatório apresenta as demonstrações financeiras consolidadas e os anexos correspondentes, inerentes ao exercício económico de 2021, de acordo com o estabelecido na legislação.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Tal deriva do n.º 1 do Artigo 75º, onde se refere que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, designando-se ao abrigo do n.º 2 do referido artigo, por entidades consolidantes, significando que o Município de Almeirim não tem de consolidar contas com associações de municípios ou com a comunidade intermunicipal.

De acordo com o referido no n.º 3 do mesmo artigo, as entidades a incluir no perímetro de consolidação, são aquelas em que se possua a maioria do capital social (ou equivalente) e /ou detenha poder de controlo sobre as mesmas, sendo que o Município não se inclui nesta situação.

No entanto, nos termos do n.º 6 do Artigo 75º, as empresas locais que integram o setor empresarial local devem ser consolidadas, na proporção e independentemente da participação ou detenção do município, enquadrando-se o Município de Almeirim nesta condição.

No âmbito do preconizado no n.º 2 do Artigo 76º, os documentos de prestação de contas consolidados deverão ser aprovados e apreciados respetivamente pela Câmara e Assembleia Municipal, na sessão ordinária de Junho.

**2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**

Na tabela seguinte apresenta-se a denominação da entidade a consolidar através do método de equivalência patrimonial.

Denominação Social	Capital detido (%)	Método de consolidação
Águas do Ribatejo, EM, S.A.	15,45%	MEP

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

O Município de Almeirim está dispensado de incluir no perímetro de consolidação, as entidades que integram o quadro abaixo apresentado.

Entidade Participada		Forma Jurídica	Participação do Município %	Contribuição para a dívida total do Município	Resultado Líquido Exercício 2022	Tipo de Entidade
Denominação	NIPC					
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	0,32%	- €	56 542,57 €	Não Societária
CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	508787033	Associação de Municípios	8,45%	5 038,15 €	389 263,67 €	Não Societária
RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos	504876864	Associação de Municípios	18,70%	- €	45 458,21 €	Não Societária
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	Associação de Municípios	1,16%	24,04 €	92 029,42 €	Não Societária
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	514203846	Associação de Municípios	4,81%	- €	s/informação	Não Societária
QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses	508574170	Associação de Municípios	2,70%	- €	15 743,41 €	Não Societária
COTHN - Centro Operativo e Transformador Hortofrutícola Nacional	505813238	Outra Societária	2,17%	- €	s/informação	Societária
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	503956538	Outra Societária	0,04%	- €	2 199 824,71 €	Societária
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Fundo	0,10%	- €	s/informação	Fundo

No Caso da ANMP, CIMLT, RESIURB, AMPV, AMVT e QUALIFICA, uma vez que são Entidades Associativas Municipais e Intermunicipais, são entidades consolidantes ao abrigo do n.º 2 do Artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

A Tagusgás e a COTHN são Entidades participadas, onde o Município não exerce qualquer poder de controlo, não sendo consideradas, por força do previsto nos n.ºs 3, 4 e 5 do Artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

O Fundo de Apoio Municipal é detido em 50% pelo governo central e em 50% por municípios.

### 3 – MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

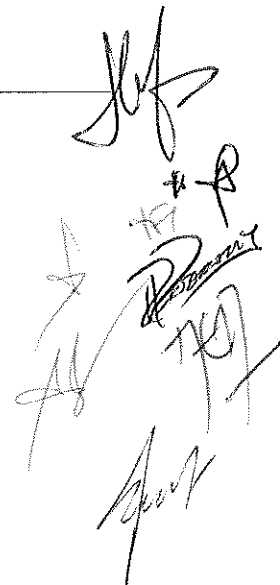
Na consolidação de contas do Município, foi adotado o Método de Equivalência Patrimonial, nos termos da NCP23 e das notas de enquadramento à conta “41 – Investimentos Financeiros” (Portaria n.º 189/2016, de 14 de Julho).

Este método de contabilização dos investimentos financeiros caracteriza-se por, a todo o momento a conta 41 refletir a real conjuntura da situação líquida da empresa detida.

O Município de Almeirim iniciou a consolidação de contas em 2017, tendo sido realizado o ajuste dos valores dos anos anteriores (desde a data de criação da empresa) com reflexão na conta "55 – Ajustamentos de partes de capital em empresas".

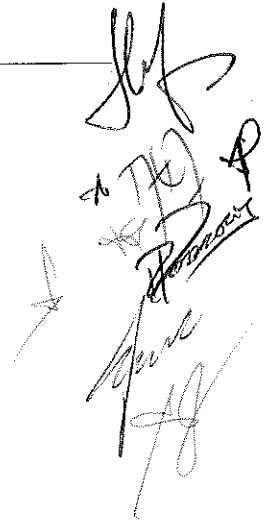
Para cálculo do valor a considerar na conta "7851 – Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - Aplicação do método da equivalência patrimonial" (valor que acresce ao resultado líquido) foi, à semelhança de anos anteriores, multiplicado o Resultado Líquido do Exercício da entidade participada pela percentagem de participação do Município de Almeirim no seu capital. A contrapartida desta conta foi lançada na conta "4121 – Participação de Capital – Método de Equivalência Patrimonial.

O valor a considerar é:  $2.225.291,97 \text{ €} \times 15,45\% = 343.807,61 \text{ €}$ .

A cluster of handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature at the top, several smaller initials below it, and a signature at the bottom right of the cluster.

## II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### CONSOLIDADAS



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature at the top, a signature with 'P' next to it, and another signature below.

**1. BALANÇO CONSOLIDADO**



## BALANÇO CONSOLIDADO

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente		71 622 829,20 €	65 783 818,64 €
Ativos fixos tangíveis		67 023 982,41 €	61 525 697,94 €
Ativos intangíveis		10 317,64 €	13 399,16 €
Participações financeiras		4 588 529,15 €	4 244 721,54 €
Ativo corrente		6 869 734,09 €	6 007 069,37 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		5 565,80 €	5 565,80 €
Clientes, contribuintes e utentes		125 128,35 €	107 487,45 €
Outras contas a receber		886 496,38 €	1 295 148,30 €
Diferimentos		41 443,70 €	36 311,10 €
Caixa e depósitos		5 811 099,86 €	4 562 556,72 €
Total Ativo		78 492 563,29 €	71 790 888,01 €
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património Líquido		70 714 829,22 €	63 589 657,30 €
Património/Capital		99 566 603,59 €	99 566 603,59 €
Reservas		35 770,82 €	
Resultados transitados		-53 983 863,49 €	-54 663 508,98 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 574 695,91 €	1 264 152,03 €
Outras variações no património líquido		20 739 273,27 €	16 396 450,47 €
Resultado líquido do período		2 782 349,12 €	1 025 960,19 €
Total Património Líquido		70 714 829,22 €	63 589 657,30 €
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente		6 087 294,69 €	6 015 428,37 €
Provisões		63 470,02 €	73 270,24 €
Financiamentos obtidos		6 023 824,67 €	5 942 158,13 €
Passivo corrente		1 690 439,38 €	2 185 802,34 €
Fornecedores		63 523,09 €	1 347,10 €
Estado e outros entes públicos		166 542,96 €	85 642,75 €
Financiamentos obtidos			783 755,90 €
Fornecedores de investimentos		78 881,04 €	24 013,58 €
Outras contas a pagar		1 381 492,29 €	1 291 043,01 €
Total Passivo		7 777 734,07 €	8 201 230,71 €
Total Património Líquido e Passivo		78 492 563,29 €	71 790 888,01 €

A cluster of handwritten signatures and initials in the top right corner. The signatures are in black ink and appear to be cursive. One signature is the most prominent, followed by several smaller ones and initials.

**2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA**

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas		6 530 156,44 €	5 430 200,65 €
Vendas		163 696,69 €	132 134,26 €
Prestações de serviços e concessões		453 721,29 €	317 935,06 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		10 205 905,25 €	8 423 129,96 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		343 807,61 €	310 543,88 €
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos			
Fornecimentos e serviços externos		-4 286 432,29 €	-4 089 405,26 €
Gastos com pessoal		-6 434 663,93 €	-5 596 981,38 €
Transferências e subsídios concedidos		-2 308 997,68 €	-1 936 012,32 €
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		27 623,48 €	
Provisões (aumentos/reduções)		9 800,22 €	112 832,57 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		1 424 595,74 €	1 292 430,40 €
Outros gastos		-6 409,22 €	-364,55 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		6 122 803,60 €	4 396 443,27 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 294 926,06 €	-3 326 199,91 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		2 827 877,54 €	1 070 243,36 €
Juros e rendimentos similares obtidos		1 178,43 €	1 396,21 €
Juros e gastos similares suportados		-46 706,85 €	-45 679,38 €
Resultado antes de impostos		2 782 349,12 €	1 025 960,19 €
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		2 782 349,12 €	1 025 960,19 €

A collection of handwritten signatures and initials in the top right corner. The signatures are in black ink and appear to be cursive. One signature is quite large and prominent, while others are smaller and more scribbled. There are also some small marks and symbols scattered around the signatures.

### 3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

## MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		624 254,94 €	474 466,19 €
Recebimentos de contribuintes		6 864 747,19 €	4 801 967,09 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		12 249 388,91 €	10 163 409,97 €
Recebimentos de utentes		144 272,48 €	149 791,64 €
Pagamentos a fornecedores		-3 545 159,41 €	-3 520 705,24 €
Pagamentos ao pessoal		-6 229 335,81 €	-5 493 827,24 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 238 621,15 €	-1 953 658,38 €
Caixa gerada pelas operações		7 869 547,15 €	4 621 444,03 €
Outros recebimentos/pagamentos		-586 421,41 €	-178 499,96 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		7 283 125,74 €	4 442 944,07 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-8 804 484,52 €	-5 747 438,59 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		30 246,62 €	21 092,59 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		787 680,84 €	783 910,28 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 794 434,40 €	1 022 519,65 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-6 192 122,66 €	-3 919 916,07 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		1 100 000,00 €	350 000,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		1 178,43 €	1 396,21 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-896 931,52 €	-875 323,43 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-46 706,85 €	-54 419,48 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		157 540,06 €	-578 346,70 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 248 543,14 €	-55 318,70 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		4 562 556,72 €	4 617 875,42 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 811 099,86 €	4 562 556,72 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		4 562 556,72 €	4 617 875,42 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		4 562 556,72 €	4 617 875,42 €
SGA De execução orçamental		4 212 891,72 €	4 337 015,01 €
SGA De operações de tesouraria		349 665,00 €	280 860,41 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 811 099,86 €	4 562 556,72 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		5 811 099,86 €	4 562 556,72 €
SGS De execução orçamental		5 430 796,74 €	4 212 891,72 €
SGS De operações de tesouraria		380 303,12 €	349 665,00 €

A vertical column of handwritten signatures and initials in the top right corner. From top to bottom, there is a large signature, a smaller signature with a star-like mark, another signature, a signature with a star-like mark, and a final signature.

**4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA**

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla					Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido			
		Capital / Património	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas					Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		99 566 603,59 €					1 264 152,03 €	1 264 152,03 €	16 396 450,47 €	715 416,31 €	63 279 113,42 €		63 279 113,42 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)									4 474 107,63 €		4 474 107,63 €		4 474 107,63 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital									3 568 949,79 €		3 568 949,79 €		3 568 949,79 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido													
Correção de erros materiais									905 157,84 €		905 157,84 €		905 157,84 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)										2 782 349,12 €	2 782 349,12 €		2 782 349,12 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)										2 782 349,12 €	2 782 349,12 €		2 782 349,12 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)													
Subscrições de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Subscrições de prémios de emissão													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		99 566 603,59 €					1 574 695,91 €	1 574 695,91 €	20 739 273,27 €	2 782 349,12 €	70 714 829,22 €		70 714 829,22 €

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2022

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located in the upper right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be from multiple individuals, with some including small 'x' marks.

**5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**



**1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE CONSOLIDANTE**

Denominação da Entidade	Município de Almeirim
NIPC	501273433
Natureza	Autarquia Local
Endereço	Rua 5 de Outubro, 52
Código Postal	2080-052 Almeirim
Telefone	243594100
Endereço Eletrónico	<a href="mailto:geral@cm-almeirim.pt">geral@cm-almeirim.pt</a>
Sítio da internet	<a href="http://www.cm-almeirim.pt">www.cm-almeirim.pt</a>
Principal legislação aplicável	Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de Setembro
Período de Relato	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2022

**2 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE PARTICIPADA INCLUÍDA NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO**

A **AR-Águas do Ribatejo, EM S.A.**, é uma empresa intermunicipal constituída sob a forma de sociedade anónima. O seu capital é 100% público e é detido pelos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

Foi criada em Dezembro de 2007 com o objetivo de explorar e gerir os sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e de saneamento de águas residuais dos municípios que a integram, prosseguindo o seu objetivo, designadamente, através de:

- Promoção direto ou indireta da conceção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento. Abastecimento, valorização de águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes; e
- Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo.

A sua estrutura de participantes e de capital é a seguinte:

Municípios	Participação no Capital Social (€)	Participação (%)
Almeirim	2 123 786,00 €	15,45%
Alpiarça	742 268,00 €	5,40%
Benavente	2 258 936,00 €	16,44%
Chamusca	1 119 814,00 €	8,15%
Coruche	2 065 864,00 €	15,03%
Salvaterra de Magos	1 950 022,00 €	14,19%
Torres Novas	3 482 672,00 €	25,34%
<b>Total</b>	<b>13 743 362,00 €</b>	<b>100,00%</b>

A composição dos Órgãos Sociais a 31/12/2022 era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Pedro Miguel César Ribeiro

Secretário – Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado

Conselho de Administração

Presidente – Francisco Silvestre de Oliveira

Vogal – Catarina Pinheiro Vale

Vogal – Pedro Paulo Ramos Ferreira

Órgão de Fiscalização

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC

A Entidade **AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A.** consta da listagem das entidades públicas reclassificadas publicada pelo INE. No entanto, e apesar de seguir o SNC empresarial, não possui contabilidade orçamental nos termos definidos na NCP26 do SNC-AP, nem similar, pelo que em termos de consolidação orçamental não é possível preparar uma consolidação orçamental minimamente eficaz.

### **3 – INFORMAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO**

A **AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A.**, sendo uma empresa municipal enquadra-se no disposto pelo nº 6 do Artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, na NCP22 e normas conexas, onde se conclui que as empresas municipais, sem controlo, têm de ser consolidadas com o Município pela proporção detida, utilizando-se para o efeito o método da equivalência patrimonial.

### **4 – SITUAÇÃO ESPECÍFICA DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS E DAS NOTAS EXPLICATIVAS**

Atendendo ao baixo número de pontos que foram alvo de alterações, face à prestação de contas individual do Município pela aplicação do MEP, apenas se irão apresentar os pontos das notas ao Balanço e Demonstração de Resultados que sofreram alterações.

### **NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

#### **INVESTIMENTOS FINANCEIROS**

A participação na **AR, Águas do Ribatejo, EM, S.A.** encontra-se valorizada pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as restantes participações se encontram valorizadas pelo método de custo. A participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM) está registada pelo valor comunicado pela própria entidade.

### **NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Movimentos consolidação	Montantes consolidados		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido		Início do período	Final do período	
Impostos diretos	3 680 177,98 €			3 680 177,98 €		
Impostos indiretos	2 690 923,12 €			2 690 923,12 €		
Taxas	85 304,16 €			85 304,16 €		
Multas e outras penalidades	48 421,73 €			48 421,73 €		
Transferências sem condição	8 385 289,36 €			8 385 289,36 €		
Rendimentos em entidades controladas			310 543,88 €	310 543,88 €		
<b>TOTAL</b>	<b>14 890 116,35 €</b>		<b>310 543,88 €</b>	<b>15 200 660,23 €</b>		

*[Handwritten signatures and initials on the right side of the page]*

**NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Mov. Consolidados	Saldo Final
Património/Capital	99 566 603,59 €				99 566 603,59 €
Reservas		35 770,82 €			
Resultados transitados	- 51 800 403,38 €	679 645,49 €			- 51 120 757,89 €
Regularizações	- 2 863 105,60 €				- 2 863 105,60 €
Ajustamentos em ativos financeiros	1 264 152,03 €	310 543,88 €			1 574 695,91 €
Outras variações no património líquido	16 396 450,47 €	6 612 383,06 €	2 269 560,26 €		20 739 273,27 €
Resultado líquido do período		2 438 541,51 €		343 807,61 €	2 782 349,12 €
<b>Total Património Líquido</b>	<b>62 563 697,11 €</b>	<b>10 076 884,76 €</b>	<b>2 269 560,26 €</b>	<b>343 807,61 €</b>	<b>70 679 058,40 €</b>

O património líquido do Município é constituído pelas rubricas seguintes:

a) Património

O Município não detém capital social e o valor registado de 99.566.603,59 € na conta património/capital corresponde ao saldo existente na transição do normativo contabilístico POCAL para o atual SNC-AP.

b) Resultados Transitados

São constituídos pelas contas 561-Resultados Transitados de Períodos Anteriores e 562 – Regularizações.

A conta 561-Resultados Transitados de Períodos Anteriores apresenta em 31/12/2022 um saldo final de – 51.120.757,89 €, que resulta da integração do Resultado Líquido de 2021 de 679.645,49 €.

A conta 562 – Regularizações apresenta um saldo de 2.863.105,60 €, não tendo sofrido qualquer alteração em relação ao ano anterior.

c) Ajustamentos em Ativos Financeiros

A conta 571-Ajustamentos em Ativos Financeiros apresenta um saldo de 1.574.695,91 €, que resulta da integração do saldo de 2021 da empresa Águas do Ribatejo e da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial à participação do Município de Almeirim na empresa.

d) Outras Variações do Património Líquido

A conta 5931 – Transferências e Subsídios para Aquisição de Ativos Depreciáveis apresenta-se desagregada por componente, candidatura ou finalidade, correspondendo os seus saldos a valores de subsídios ao investimento provenientes, na sua maioria, de comparticipações comunitárias, cujos valores ainda não foram imputados a resultados. Assim, os créditos nestas contas representam transferências e subsídios cujas condições associadas foram cumpridas e os débitos representam a imputação a resultados da parcela do subsídio, na mesma proporção do reconhecimento dos gastos de depreciações dos bens financiados, apresentando um saldo de 18.214.191,28 €.

A conta 5939-Outras Transferências e Subsídios de Capital regista os montantes do FEF capital e da transferência ao abrigo do artigo 35º, nº 3, da Lei nº73/2013, que passaram a ser alocadas ao “Património”, em vez de serem registadas diretamente em rendimentos do período. Esta alteração de contabilização, provocou uma redução dos rendimentos do período de 2022 de 2.069.792,00 € (registados diretamente nesta conta).


e) Resultado Líquido do Período

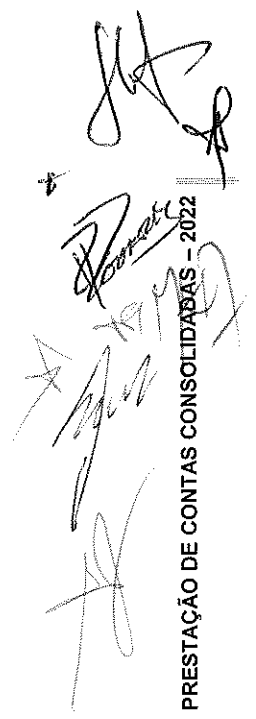
O resultado líquido do período de 2022 apresenta um valor positivo de 2.782.349,12 €.

*[Handwritten signatures and marks]*

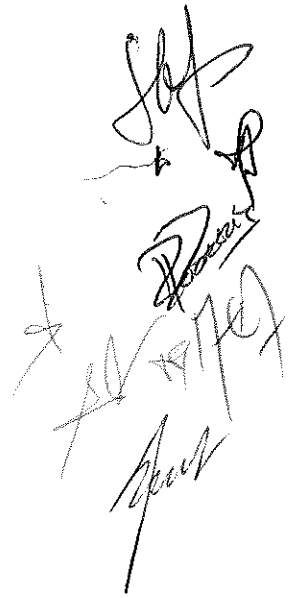
**6. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS DO ORGÃO DA ENTIDADE CONSOLIDANTE**

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS					
Designação da entidade	Município de Almeirim				
Gerência	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022				
Nome	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade	Morada	
Pedro Miguel César Ribeiro	Presidente da Câmara	31.825,02€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua Infante D. Henrique, n.º 13 2080-145 Almeirim	
Paulo Vladimiro Santana Caetano	Vice-presidente	26.238,02€	01 janeiro a 31 dezembro	R. Afonso Albuquerque, n.º 1 R/C Dto, 2080-007 Almeirim	
Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira	Vereadora a tempo inteiro	24.943,70€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua José Peixe, 9-11 2080-581 Fazendas de Almeirim	
Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues	Vereador a tempo inteiro	26.312,90€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua D. Manuel I, Urbanização Quinta de S. Miguel, Lt. 52 2080-190 Almeirim	
Ana Sofia Fonseca Casebre	Vereadora a tempo inteiro	26.479,02€	01 janeiro a 31 dezembro	Rua da Liberdade n.º 88 Paço dos Negros 2080-640 Fazendas de Almeirim	
António Joaquim Borrego Maximiano	Vereador a tempo inteiro	24.943,87€	15 outubro a 31 dezembro	Rua Infante D. Henrique n.º 127-A 2080-145 Almeirim	
Beatriz de Almeida Silva Apolinário	Vereadora	2.708,02€	15 outubro a 31 dezembro	Rua Pedro Alvares Cabral, n.º 21- 2º Esq. 2080-163 Almeirim	
José Manuel Coutinho Lopes	Vereador	69,50€	01 janeiro a 31 dezembro	RUA ALMIRANTE ERNESTO VASCONCELOS, N° 19 2080-197 Almeirim	
O Dirigente responsável pela área administrativa e/ou financeira					
Assinatura					



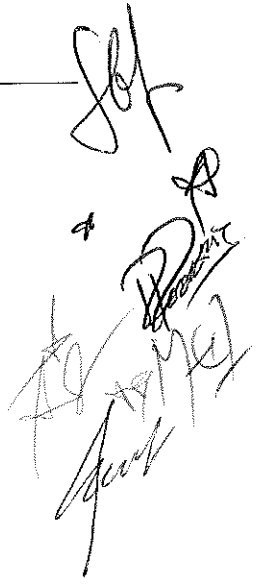
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS - 2022

A cluster of handwritten signatures and initials in black ink, located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and overlapping, with some appearing to be names or initials.

### **III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS**

### **CONSOLIDADAS**



A cluster of handwritten signatures and initials in black ink, located in the top right corner of the page. The signatures are overlapping and appear to be in cursive or semi-cursive script.

**1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL**

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL								
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	2021
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS		
RA01	Saldo de gerência anterior	4 212 891,72 €				349 665,00 €	4 562 556,72 €	4 617 875,42 €
RI01	Operações orçamentais [1]	4 212 891,72 €					4 212 891,72 €	4 337 015,01 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					349 665,00 €	349 665,00 €	280 860,41 €
RA02	Receita corrente	18 645 269,95 €					18 645 269,95 €	14 652 646,22 €
R1	Receita fiscal	6 864 747,19 €					6 864 747,19 €	4 801 967,09 €
R1.1	Impostos diretos	5 378 289,04 €					5 378 289,04 €	4 665 807,57 €
R1.2	Impostos indiretos	1 486 458,15 €					1 486 458,15 €	136 159,52 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	145 362,48 €					145 362,48 €	150 735,66 €
R4	Rendimentos de propriedade	796 823,69 €					796 823,69 €	785 306,49 €
R5	Transferências e subsídios correntes	10 127 607,96 €					10 127 607,96 €	8 333 858,85 €
R5.1	Transferências correntes	10 127 607,96 €					10 127 607,96 €	8 333 858,85 €
R5.1.1	Administrações Públicas	10 127 607,96 €					10 127 607,96 €	8 333 858,85 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	9 959 205,58 €					9 959 205,58 €	8 176 023,22 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	168 402,38 €					168 402,38 €	157 835,63 €
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - UE							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	577 173,30 €					577 173,30 €	445 651,31 €
R7	Outras receitas correntes	133 555,33 €					133 555,33 €	135 125,82 €
RA03	Receita de capital	3 946 461,97 €					3 946 461,97 €	2 873 163,36 €
R8	Venda de bens de investimento	30 246,62 €					30 246,62 €	21 092,59 €
R9	Transferências e subsídios de capital	3 916 215,35 €					3 916 215,35 €	2 852 070,77 €
R9.1	Transferências de capital	3 916 215,35 €					3 916 215,35 €	2 852 070,77 €
R9.1.1	Administrações Públicas	3 916 215,35 €					3 916 215,35 €	2 852 070,77 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 916 215,35 €					3 916 215,35 €	2 852 070,77 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - UE							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	22 593 007,83 €					22 593 007,83 €	17 529 727,68 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 275,91 €					1 275,91 €	3 918,10 €
RA05	Receita não efetiva [3]					1 100 000,00 €	1 100 000,00 €	550 000,00 €
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros					1 100 000,00 €	1 100 000,00 €	550 000,00 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	26 805 899,55 €				1 100 000,00 €	27 905 899,55 €	22 416 742,69 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					153 333,23 €	153 333,23 €	234 625,38 €

*[Handwritten signatures and initials]*

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL									
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (a)					TOTAL	2021	
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS			
DA01	Despesa corrente	12 711 029,86 €					12 711 029,86 €	11 556 532,08 €	
D1	Despesas com o pessoal	6 229 797,83 €					6 229 797,83 €	5 493 827,24 €	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 764 059,67 €					4 764 059,67 €	4 036 017,44 €	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	200 598,90 €					200 598,90 €	153 816,91 €	
D1.3	Segurança social	1 265 139,26 €					1 265 139,26 €	1 303 992,89 €	
D2	Aquisição de bens e serviços	4 057 170,43 €					4 057 170,43 €	3 961 538,69 €	
D3	Juros e outros encargos	46 706,85 €					46 706,85 €	45 419,48 €	
D4	Transferências e subsídios correntes	2 238 621,15 €					2 238 621,15 €	1 953 658,38 €	
D4.1	Transferências correntes	2 238 621,15 €					2 238 621,15 €	1 953 658,38 €	
D4.1.1	Administrações Públicas	917 007,83 €					917 007,83 €	782 357,09 €	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D4.1.1.3	Segurança Social	17 165,00 €					17 165,00 €	23 105,50 €	
D4.1.1.4	Administração Regional								
D4.1.1.5	Administração Local	899 842,83 €					899 842,83 €	759 251,59 €	
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	972 332,01 €					972 332,01 €	767 875,95 €	
D4.1.3	Famílias	349 281,31 €					349 281,31 €	403 425,34 €	
D4.1.4	Outras								
D4.2	Subsídios Correntes								
D5	Outras despesas correntes	138 733,60 €					138 733,60 €	102 088,29 €	
DA02	Despesa de capital	9 015 154,31 €					9 015 154,31 €	5 893 869,03 €	
D6	Aquisição de bens de capital	8 952 035,38 €					8 952 035,38 €	5 884 638,91 €	
D7	Transferências e subsídios de capital	63 118,93 €					63 118,93 €	9 230,12 €	
D7.1	Transferências de capital	63 118,93 €					63 118,93 €	9 230,12 €	
D7.1.1	Administrações Públicas	2 041,43 €					2 041,43 €		
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D7.1.1.3	Segurança Social								
D7.1.1.4	Administração Regional								
D7.1.1.5	Administração Local	2 041,43 €					2 041,43 €		
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	61 077,50 €					61 077,50 €	9 230,12 €	
D7.1.3	Famílias								
D7.1.4	Outras								
D7.2	Subsídios de capital								
D8	Outras despesas de capital								
DA03	Despesa efetiva [5]	21 726 184,17 €					21 726 184,17 €	17 450 401,11 €	
DA04	Despesa não efetiva [6]	748 918,64 €					748 918,64 €	753 449,86 €	
D9	Despesa com ativos financeiros								
D10	Despesa com passivos financeiros	748 918,64 €					748 918,64 €	753 449,86 €	
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	22 475 102,81 €					22 475 102,81 €	18 203 850,97 €	
DOT1	Operações de tesouraria [C]					122 695,11 €	122 695,11 €	165 820,79 €	
DA06	Saldo para a gestão seguinte	4 330 796,74 €			1 100 000,00 €	380 303,12 €	5 811 099,86 €	4 562 556,72 €	
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	4 330 796,74 €			1 100 000,00 €		5 430 796,74 €	4 212 891,72 €	
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [8] - [C]					380 303,12 €	380 303,12 €	349 665,00 €	
DA09	Saldo global [2] - [5]	866 823,66 €					866 823,66 €	79 326,57 €	
DA10	Despesa primária	21 679 477,32 €					21 679 477,32 €	17 404 981,63 €	
DA11	Saldo corrente	5 934 240,09 €					5 934 240,09 €	3 096 114,14 €	
DA12	Saldo de capital	-5 068 692,34 €					-5 068 692,34 €	-3 020 705,67 €	
DA13	Saldo primário	913 530,51 €					913 530,51 €	124 746,05 €	
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	26 805 899,55 €			1 100 000,00 €		27 905 899,55 €	22 416 742,69 €	
DA15	Despesa total [5] + [6]	22 475 102,81 €					22 475 102,81 €	18 203 850,97 €	

\* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

*[Handwritten signatures and initials]*

Handwritten signatures and initials, including the name 'Rosa' and other illegible marks, located on the right side of the page.

**2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA**

# MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZAS

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2022	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2022
RA02	Receita corrente	18 645 269,95	DA01	Despesa corrente	12 711 029,86
R1	Receita fiscal	6 864 747,19	D1	Despesas com o pessoal	6 229 797,83
R1.1	Impostos diretos	5 378 289,04	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 764 059,67
R1.2	Impostos indiretos	1 486 458,15	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	200 598,90
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D1.3	Segurança social	1 265 139,26
R3	Taxas, multas e outras penalidades	145 362,48	D2	Aquisição de bens e serviços	4 057 170,43
R4	Rendimentos de propriedade	796 823,69	D3	Juros e outros encargos	46 706,85
R5	Transferências e subsídios correntes	10 127 607,96	D4	Transferências e subsídios correntes	2 238 621,15
R5.1	Transferências correntes	10 127 607,96	D4.1	Transferências correntes	2 238 621,15
R5.1.1	Administrações Públicas	10 127 607,96	D4.1.1	Administrações Públicas	917 007,83
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	9 959 205,58	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	168 402,38	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R5.1.1.3	Segurança Social		D4.1.1.3	Segurança Social	17 165,00
R5.1.1.4	Administração Regional		D4.1.1.4	Administração Regional	
R5.1.1.5	Administração Local		D4.1.1.5	Administração Local	899 842,83
R5.1.2	Exterior - U E		D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	972 332,01
R5.1.3	Outras		D4.1.3	Famílias	349 281,31
R5.2	Subsídios correntes		D4.1.4	Outras	
R6	Venda de bens e serviços	577 173,30	D4.2	Subsídios Correntes	
R7	Outras receitas correntes	133 555,33	D5	Outras despesas correntes	138 733,60
RA03	Receita de capital	3 946 461,97	DA02	Despesa de capital	9 015 154,31
R8	Venda de bens de investimento	30 246,62	D6	Aquisição de bens de capital	8 952 035,38
R9	Transferências e subsídios de capital	3 916 215,35	D7	Transferências e subsídios de capital	63 118,93
R9.1	Transferências de capital	3 916 215,35	D7.1	Transferências de capital	63 118,93
R9.1.1	Administrações Públicas	3 916 215,35	D7.1.1	Administrações Públicas	2 041,43
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 916 215,35	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R9.1.1.3	Segurança Social		D7.1.1.3	Segurança Social	
R9.1.1.4	Administração Regional		D7.1.1.4	Administração Regional	
R9.1.1.5	Administração Local		D7.1.1.5	Administração Local	2 041,43
R9.1.2	Exterior - U E		D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	61 077,50
R9.1.3	Outras		D7.1.3	Famílias	
R9.2	Subsídios de capital		D7.1.4	Outras	
R10	Outras receitas de capital		D7.2	Subsídios de capital	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 275,91	D8	Outras despesas de capital	
RA04	Receita efetiva [1]	22 593 007,83	DA03	Despesa efetiva [4]	21 726 184,17
RA05	Receita não efetiva [2]	1 100 000,00	DA04	Despesa não efetiva [5]	748 918,64
R12	Receita com ativos financeiros		D9	Despesa com ativos financeiros	
R13	Receita com passivos financeiros	1 100 000,00	D10	Despesa com passivos financeiros	748 918,64
	Receita Total [3]=[1]+[2]	23 693 007,83		Despesa Total [6]=[4]+[5]	22 475 102,81

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be from multiple individuals.

### III - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Município de Almeirim (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 78.492.563 euros e um total de património líquido de 70.714.829 euros, incluindo um resultado líquido de 2.782.349 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município de Almeirim** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:





- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas





significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 27.905.900 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 22.475.103 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 5 de junho de 2023

**Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.**

Inscrita na OROC sob o n.º 68, e na CMVM sob o n.º 20161404  
representada por João António de Carvalho Careca  
registado na OROC sob n.º 849, e na CMVM sob o n.º 20160473



## RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM (a Entidade)**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contatos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

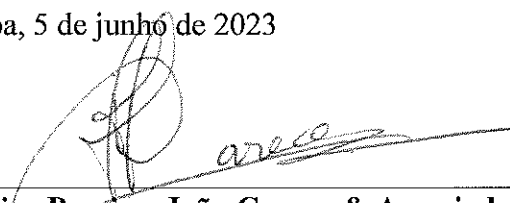
Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas, e o respetivo anexo são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Nesta data emitimos Certificação Legal das Contas, documento que deve ser lido conjuntamente com este Parecer.

### Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas que emitimos, somos de parecer que as contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, referentes ao exercício de 2022, se apresentam elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no SNC-AP.

Lisboa, 5 de junho de 2023

  
**Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.**

Inscrita na OROC sob o n.º 68, e na CMVM sob o n.º 20161404  
representada por João António de Carvalho Careca  
registo na OROC sob n.º 849, e na CMVM sob o n.º 20160473



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

**CERTIDÃO**

----- **Carlos Manuel Russo Mota**, Primeiro Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim. -----

----- Certifica que, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e vinte e três, deliberou aprovar por maioria e minuta, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, referentes ao ano de dois mil e vinte e dois, com dezassete votos a favor do Grupo do PS. Cinco abstenções, duas do Grupo da CDU, duas da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP) e uma do Grupo do Chega. -----

----- E por ser verdade e pedida, mandei passar a presente certidão que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta edilidade. -----

----- Almeirim, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três. -----

O Secretário da Assembleia Municipal,

Carlos Manuel Russo Mota



-----CERTIDÃO-----

-----Cândida Isabel da Conceição Lopes, Técnica Superior da Câmara Municipal de Almeirim;-----

-----Certifica que:-----

-----Da ata da reunião realizada a cinco de junho de dois mil e vinte e três, consta a seguinte deliberação:-----

**APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022, E POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA APROVAÇÃO; -**

Proposta apresentada pelo senhor Presidente:-----

-----Em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art. 33.º e alínea l), do n.º 2 do art. 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 75.º e 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, proponho ao executivo, que aprove os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, referentes ao exercício de 2022, a submeter posteriormente à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

-----Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do n.º3 do artigo 57.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações.-----

-----Proposta aprovada por maioria e por minuta, com os votos a favor do PS e a abstenção da CDU.-----

-----Por ser verdade e pedida, passo a presente que faço autenticar nos termos legais.-----

-----Paços do Concelho de Almeirim, cinco de junho de dois mil e vinte e três.-----

A Técnica Superior

*Cândida Lopes*

